

LINGUASAGEM

ORIGENS DO PORTUGUES BRASILEIRO: HIPÓTESES SOBRE SUA FORMAÇÃO

Vanessa Lini DALTO¹

RESUMO

Embora a língua portuguesa seja a língua oficial do Brasil, diferenças entre o Português brasileiro e o Português de Portugal são evidentes. Vários são os fatores apontados como possíveis responsáveis por esse distanciamento, entre eles, a possibilidade de o Português do Brasil constituir uma forma conservadora do Português europeu arcaico. Nessa perspectiva, o estudo em questão, vinculado ao projeto “Para a história do português paranaense - PHPP”, e recorte da dissertação de mestrado da pesquisadora, objetiva analisar a língua escrita praticada em Portugal no século XIX. Para a presente pesquisa selecionou-se um documento manuscrito do século XIX, produzido em Lisboa, com o intuito de observar as semelhanças em relação às características de escrita nos aspectos, fonéticos, sintáticos e morfológicos presentes no *corpus* antigo e que estabelecem relação com o português praticado no Brasil atualmente, ou seja, pretende verificar se a língua do Brasil apresenta traços linguísticos conservadores do português de séculos passados, assim como do Português europeu. Com base nos dados obtidos pela pesquisa, espera-se ressaltar a importância dos manuscritos antigos para o resgate histórico de uma língua, além de contribuir com os estudos sobre a formação e a história do português brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Manuscritos; Língua portuguesa; Português brasileiro; Conservadorismo Linguístico.

ABSTRACT: Although the Portuguese language is the official language of Brazil, differences between Brazilian Portuguese and Portuguese Portuguese are evident. Several factors are considered as possible responsible for this distance, among them, the possibility of Brazilian Portuguese being a conservative form of archaic European Portuguese. In this perspective, the study in question, linked to the project "For the history of Portuguese Paraná - PHPP", and the dissertation cut of the researcher, aims to analyze the written language practiced in Portugal in the 19th century. For the present

¹ Graduação em Letras-Anglo, mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina e doutoranda pelo mesmo programa. E-mail: vanessa.lini.dalto@gmail.com.

research a manuscript document of the 19th century, produced in Lisbon, was selected, in order to observe the similarities in relation to the characteristics of writing in aspects, phonetic, syntactic and morphological present in the old corpus and that establish relation with the Portuguese practiced in Brazil at the moment, that is, it tries to verify if the language of Brazil presents / displays conservative linguistic traits of the Portuguese of past centuries, as well as of the European Portuguese. Based on the data obtained by the research, it is expected to emphasize the importance of the ancient manuscripts for the historical recovery of a language, besides contributing with the studies on the formation and the history of Brazilian Portuguese.

KEYWORDS: Manuscripts; Portuguese language; Brazilian portuguese; Linguistic Conservatism.

Introdução

Pesquisas sobre a história da língua portuguesa no Brasil vêm ganhando destaque nas universidades brasileiras. Nessa perspectiva, resgatar dados do passado em busca de melhor compreensão da língua tem sido fonte de pesquisa de muitos estudiosos do ramo da linguística. Como há escassez de antigo corpus oral, uma das formas de retorno ao passado são os registros escritos.

Os manuscritos que se acumulam nos acervos dos arquivos brasileiros representam uma fonte inesgotável de informações, permitindo a comunicação através do tempo e do espaço. Tais documentos revelam a escrita de uma época trazendo à tona a natureza do texto, seus argumentos, os propósitos, as intenções, as características da escrita, o léxico, assim como dados históricos linguísticos, sociais e culturais. Quanto mais se conhecem e se estudam textos manuscritos, mais revelações vêm a público.

O presente trabalho pretende buscar respostas sobre a origem do português brasileiro em registros escritos antigos pertencentes a Portugal, pois acredita-se que fatos linguísticos considerados peculiares ao Brasil podem estar registrados na escrita portuguesa de séculos passados constituindo-se apenas como fenômenos de conservadorismo. Busca-se, desta forma, evidenciar traços comuns ao português brasileiro atual e ao português de Portugal arcaico, com o intuito de investigar dados sobre a formação do português brasileiro, além dos possíveis fatores que podem ter contribuído para as diferenças da língua nos dois países.

Pressupostos Teóricos

Sobre a história da língua portuguesa

A língua Portuguesa em Portugal

Em meados do século XIV, após a independência de Portugal, o galego português, que era veículo de expressão da época, devido a mudanças sociais, econômicas e culturais no país, cedeu lugar à língua portuguesa que, denominada língua comum, foi se formando e expandindo-se como língua de livre trânsito entre as camadas sociais de Portugal.

No percurso de acomodação da língua portuguesa em Portugal destacam-se problemas com a falta de padronização da língua portuguesa escrita, já que na época, ainda não havia regras nem uma ortografia propriamente estabelecida.

Devido ao fato de a ortografia não ser uniforme, com o passar do tempo surgiu a necessidade de se fixar uma forma de escreverem as palavras de modo a facilitar a comunicação e a compreensão da língua escrita.

Durante este processo de uniformização a ortografia portuguesa passou por inúmeras reformas e modificações. Conforme as alterações ocorridas, Coutinho (1967) estabelece uma classificação para os períodos que compõem a história da ortografia portuguesa: o fonético, o pseudo-etimológico e o simplificado.

O primeiro período da língua portuguesa foi o denominado período fonético da ortografia, porquanto a escrita procurava espelhar a pronúncia, ocorrendo grande flutuação ortográfica. Esta fase começa com os primeiros documentos redigidos em português e se estende até o século XVI. As publicações dessa época seguiam o modo de escrever do autor, o qual grafava as palavras como julgava; nesta fase, os escritores visavam a simplificar a leitura, tornando-a próxima da língua falada, procuravam usar as letras latinas para transcrever a pronúncia do Português da época. Não havia um padrão uniforme na transcrição das palavras, pois era possível encontrar um só vocábulo grafado de várias maneiras. Pode-se dizer que se escrevia não para a vista, mas sim para o ouvido, já que, na época, era uma minoria que dominava a leitura.

De acordo com Williams (1973), nesse período era comum:

- Uso de *qu* por *c*; *cinquo* por *cinco*; *nunqua* por *nunca*.
- Confusão de *g* e *gu*: *algo* por *alguo*; *amigua* por *amiga*; *algem* por *alguém*; *gerra* por *guerra*.

- Confusão de *g, gi* a *j*: *agia* por *haja*; *mangar* por *manjar*; *sega* por *seja*.
- Confusão de *i, y, j*: *aya* por *haja*, *iulgar* por *julgar*; *oye* por *hoje*; *ljuro* por *livro*; *mujto* por *muito*; *ydade* por *idade*.
- Confusão de *u* e *v*: *auer* por *haver*; *vsar* por *usar*; *ovuir* por *ouvir*.
- Uso de *x* por *is*: *rex* por *reis*; *ex* por *eis*.
- Confusão de *m, n* e *til*: *ãno* e *ño* por *anno*; *cimco* por *cinco*; *grãde* por *grande*; *hõe* por *home* ou *homem*; *põho* por *ponho*; *poner* por *põer* (arcaico); *saom* por *são*; *senpre* por *sempre*.
- Uso do *h* para marcar o hiato entre duas vogais diferentes ou entre vogais de qualidade diferente: *poher* por *poer*; *tehudo* por *teúdo*.
- Uso do *h* antes de vogais iniciais, provavelmente no início da época, para indicar o hiato com a vogal final de palavra precedente; mais tarde, veio a ser o *h* considerado parte da grafia regular da palavra: *ha* por *a* (artigo), *hi* por *i* ou *y* (arcaico); *hidade* por *idade*; *hir* por *ir*; *hordenar* por *ordenar*; *honde* por *onde*; *hu* por *u* (arcaico); *hum* por *um*, *husar* por *usar*.
- Uso de vogais duplas.
- Uso de consoantes duplas.

Concordando com Williams, Paiva (1994) afirma que o *r* duplo também podia ser grafado no início ou no interior da palavra: *rrey*, *rredondo*, *rrecado*, *rrepartimento* (ato de repartir, divisão), *homrrosa* (honrosa), *terrey* (terei).

Sob a mesma perspectiva de Williams, a autora aponta que as grafias *u* e *v* também se equivalem: *brauo*, (bravo), *palaura* (palavra), *eneuja* (inveja), *viuer* (viver), *vsar* (usar), *vmano* (humano), *vua* (uva).

Paiva, sobre ocorrências desse período, no que se refere às vogais, registra que, desde a época do galego-português, havia grande variedade de hiatos, resultantes da queda de consoantes intervocálicas nas palavras latinas: *maa* (má), *paço* (paço), *caaveira* (caveira), *seer* (ser).

Em certos hiatos em que uma das vogais era nasal, desenvolveu-se um novo fonema entre elas: *vi-o* passou a *vinho*; *galli-a* a *galinha*, *vizi-o* a *vizinho*.

As vogais orais simples alternaram-se constantemente na passagem do latim para o português. Assim, encontra-se *a* em lugar de *e* ou *e* por *a*: *piadade* (piedade), *piadoso* (piedoso), *brasfamar* (blasfemar) *salvagem* (selvagem).

Em diversas palavras, observa-se o fenômeno da ditongação de vogais simples: *seysto* (sexto), *eyxercitar* (exercitar), *eycelente* (excelente).

Tratando-se de consoantes, há um fenômeno fonético e fonológico que influi diretamente na ortografia das palavras. Entre as consoantes sibilantes, havia distinção na pronúncia de *s* intervocálico e *z*, *ss* e *ç*, *ch* e *x*. Assim, entre *coser* e *cozer* havia diferença de pronúncia, visto que *z* soaria /dz/; também entre *passo* e *paço* havia diferença, pois o *ç* soaria /ts/.

Entretanto, por volta de 1550, começa a haver confusão entre os fonemas, grafando-se *ç* por *ss* ou *ss* por *ç*; *s* por *z* e vice-versa. Daí as dificuldades que ainda se encontram hoje na grafia de sons semelhantes como *ç* e *ss* e *s* intervocálico e *z*.

O *s* impuro ou mudo era muito comum, na primeira metade do século XV: *screver*, *spirito*, *scusar*, *spargir*.

Além de todos esses fenômenos, há outros de acréscimo ou perda de fonemas, ou então de deslocamentos de fonemas no interior do vocábulo.

Como se pode observar, a ortografia nesta fase era extremamente arbitrária, havendo palavras até com mais de cinco formas. Apenas no século XV e nas primeiras décadas do século XVI, houve maior organização e regulamentação da Língua Portuguesa, conforme normas determinadas pelo uso e pelas primeiras gramáticas da língua – a de Fernão de Oliveira, em 1536, e a de João de Barros, em 1540, que procederam à sistematização de algumas normas, as quais, por sua vez, manejadas e enriquecidas pelo trabalho artístico dos escritores renascentistas, eliminaram grande parte das variantes.

Com o surgimento das primeiras gramáticas, apareceram também, nos séculos XVI e XVII, os primeiros dicionários, como o de Jerônimo Cardoso, *Dictionarium Latino-Lusitanicum et vice-versa Lusitanicum-Latino* em 1570; o de Agostinho Barbosa, *Dictionarium lusitanico-Latinum*, elaborado em Braga em 1611; e o *Thesouro da Língua Portuguesa*, do jesuíta Bento Pereira, produzido em Lisboa, 1647, formando assim um movimento em favor da sistematização e do aprimoramento da língua portuguesa. Todo esse movimento, porém, não conseguiu uniformizar a língua de imediato, pois, alguns escritores portugueses do século XVI e XVII mantiveram, em suas obras, formas arcaicas e populares da língua portuguesa, permanecendo a grande flutuação na língua, principalmente na ortografia.

O período pseudo-etimológico inicia-se no século XVI e vai até o ano de 1904, em que aparece a *Ortografia Nacional de Gonçalves Viana*. O critério adotado pelos que seguem a grafia etimológica é respeitar, tanto quanto possível, as letras originais da palavra, embora nenhum valor fonético representem. A pronúncia já não interessava tanto quanto recuperar a estrutura morfológica greco-latina na escrita portuguesa. Nesse período as palavras apresentam mais letras e várias ortografias, dado que a etimologia, nessa época, era uma ciência que dependia, em grande parte, da fantasia de cada escritor. São dessa época os muitos CH, PH, TH, Y, K, W, em palavras de origem grega, ou de suposta origem grega: *eschola, phrase, rhetorico, teatro, estylo, etc.*

A ortografia etimológica foi muito criticada, pois, além da etimologia greco-latina da palavra, surgiram pseudo-etimologistas que procuravam a origem da palavra no francês, tornando a escrita difícil por se distanciar da fala.

De acordo com Coutinho (1967), são inúmeros os disparates gráficos decorrentes do uso da ortografia etimológica, a quem não escaparam os melhores escritores. Basta citar “*sepulchro, chrystal, thesoura, theor, lyrio, cysne, systhema, cathegoria, cathecismo, author, athonomia, contricção, tradicção, Hyppolitho, Collyseu, Thiago, Themudo, Ignez, fleugma, licção, enygma, ellypse, dacta, satyra, posthumo, innundar, querella, etc*”. (Coutinho: 1967, p. 76)

Já o período simplificado inicia-se em 1904 e vai até os dias de hoje. Nesse período, foi proposta a reforma da ortografia, em razão de os escritores da época estarem escrevendo cada um com uma grafia própria e diferente. O objetivo desse período era a simplificação da ortografia orientando-se pela pronúncia, sem desconsiderar a etimologia e o elemento histórico da palavra.

O marco desse período foi 1907, quando o governo Brasileiro tentou uniformizar a ortografia brasileira com a obra “*Ortografia Nacional – simplificação e uniformização das ortografias portuguesas*” de A. R. Gonçalves Viana, decretando oficialmente como deveriam ser escritas as palavras, mas o que houve foi muita divergência e discussão, o que gerou outras modificações na ortografia as quais ficaram marcadas nos anos de 1912, 1915, 1919, 1929, 1931, 1938, 1943, 1945, 1955 e 1971. A obra de Gonçalves Viana (1907) estabelecia os seguintes princípios:

1- Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega, *th, ph, ch, rh e y*.

2- Redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de rr e ss mediais, de valores peculiares.

3- Eliminação de consoantes nulas, quando não influíssem na pronúncia da vogal que as precedesse.

4- Regularização da acentuação gráfica.

Pode-se verificar que, com a evolução do tempo e conforme cada período, a Língua Portuguesa transformou-se. Cabe ressaltar que durante esse processo de mudança e busca pela padronização da língua houve a implantação do português em terras brasileiras. Sendo assim, as diferenças entre o português europeu e o português brasileiro, podem ter explicação também, pela não absorção de todas as modificações sofridas na língua do colonizador pelos usuários brasileiros.

O Português no Brasil

Pode-se observar que a língua portuguesa se constituiu gradativamente e seu processo de implantação como língua oficial em Portugal passou por diversas mudanças e alterações no decorrer do tempo.

No Brasil não foi diferente, o idioma foi introduzido no país após a colonização dos portugueses em 1500, e foi se desenvolvendo e conquistando seu espaço aos poucos ao lado de outras línguas, como a língua tupi, idioma predominante na época.

Silva Neto (1963, p.73-74) divide o período de implantação do português no Brasil em três fases: (i) de 1532 a 1654, fase do bilinguismo, em que havia predominância da língua geral, idioma este que remete ao tupinambá e ao tupi antigo; (ii) de 1654 a 1808, período em que a língua geral perde espaço para o português que dissemina-se por toda a costa, ficando a língua geral limitada apenas às povoações do interior e aos aldeamentos dos jesuítas; (iii) a partir de 1808, período de intensa “relusitanização” devido à chegada de cerca de 18 milhões de portugueses que difundem a língua portuguesa com maior intensidade.

Esta última, marcada pela chegada da Coroa Real Portuguesa ao Brasil, trouxe também grande mudança social para o país, ainda colônia na época. Com o aumento da população portuguesa no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, entre outros, houve a migração de elites rurais e famílias do campo para as cidades, acarretando uma divisão social entre o rural e o urbano. No meio rural concentrava-se a plebe, os descendentes

de índios, negros e mestiços da colônia, enquanto no meio urbano, viviam os brancos e alguns mestiços que se ascenderam socialmente.

Tal dualidade na classe social também interferiu na linguagem, já que, em ambiente rural ainda se propagava a língua geral. Pode-se considerar que com o passar dos séculos e com a disseminação de diversificados povos e línguas em terras brasileiras, o português recebeu influências de outras línguas, que podem ter deixado marcas tanto no léxico como na fonética e possivelmente na sintaxe.

O Português Europeu e o Português Brasileiro

A língua do Brasil é fato de corrente discussão no que se refere à independência linguística e às diferenças que apresenta do português de Portugal. Essas diferenças tornaram o português o único idioma ocidental a adotar duas grafias correntes: o Português de Portugal e o Português do Brasil. É possível encontrar livros, dicionários e outras publicações, editados em versões distintas para o Brasil e para Portugal.

Mattoso Câmara (1972), em seu trabalho “Erros escolares como tendências lingüísticas no Português do Rio de Janeiro”, confirmou a ausência do [a] átono, que em Portugal caracteriza a partícula resultante da crase da preposição *a* com o artigo homônimo, de sorte que só se tem contraste a rigor entre [‘a] tônico, do verbo haver (isto é, *há*) e uma partícula átona proclítica, quer artigo, preposição ou contração da preposição com o artigo.

Carvalho (1981) também aponta algumas diferenças na fonética, na sintaxe e na semântica entre o português de Portugal e o português do Brasil. Segundo o autor, em relação à fonética, desconhecemos o *â*, quase *ê* dos portugueses como em *Mária*.

Também, em algumas regiões de Portugal, dão valor de *u* e *i* ao *o* e *e* átonos no início ou no meio das palavras: como em *urelha*, *culegio*; o uso do ditongo *ei* em Portugal equivale a *âi*: *bâijo*, *câijo*, *pâixe*, e em algumas partes de Portugal troca-se o *b* pelo *v* e vice-versa: *bou* (*vou*); *bento* (*vento*); *vurro* (*burro*).

No falar lusitano, há um *e* ou *i* paragógicos nas terminações *l* e *r*: *male* (*mal*); *quere* (*quer*); *sol* (*sol*); *Manueli* (*Manuel*), que também não ocorrem no português do Brasil. Carvalho (1981) ressalta que o Português do Brasil é lento, suave, com os sons vocálicos bem audíveis, enquanto que o de Portugal é áspero, e quase não se ouve a dicção das vogais: *f’char* (*fechar*), *P’reira* (*Pereira*), *vir’s* (*vires*).

Já na sintaxe, existe a preferência, no Brasil, pela preposição *em* em lugar de *a* usada em Portugal. No Brasil se diz *estar na janela, chegar em casa*, enquanto em Portugal usa-se *estar à janela, chegar à casa*. O brasileiro também prefere o uso do gerúndio ao infinitivo com *a*, assim no Brasil usa-se *está chovendo*, enquanto em Portugal, *estar a chover*. No falar descuidado, o brasileiro usa o pronome oblíquo *mim* como sujeito do infinitivo *para mim ver*, traga o jornal *para mim ler*, fato que não é comum em Portugal.

O pronome oblíquo também difere no português de Portugal e no português do Brasil. No Brasil, inicia-se frase com o pronome oblíquo, como: *me dá um café*, já em Portugal usa-se *dá-me um café*.

Na semântica, existem palavras diferentes para nomear uma mesma coisa, alguns termos usados pelos Portugueses são até desconhecidos pelos brasileiros. Ex: talho (açougue), rebuçada (bala), elétrico (bonde), tabaco (fumo), rapariga (moça), moque (necrotério), neve (sorvete), combóio (trem).

Silva Neto (1963, p. 18) ressalta que tais diferenças são indiscutíveis e naturais, pois a língua corrente varia de acordo não só com os lugares, como também com as pessoas, as épocas, e até com as circunstâncias em que ocorre.

Embora concorde com a distinção entre as duas línguas, o referido autor justifica:

É inegável, porém, que constituímos uma estrutura lingüística comum e que, em conseqüências, fazemos parte do mesmo domínio lingüístico, alias ainda mais vasto, pois engloba territórios de África e Ásia. As palavras fundamentais – nomes de parte do corpo, de parentesco, os numerais, os verbos que indicam as ações essenciais à vida, as partículas – são todas de boa cepa lusitana. As flexões são idênticas: morfemas de número (o-s); e gênero (o-a); de grau (-simo); as desinências pessoais e temporais dos verbos não diferem cá de lá. A estrutura da frase é fundamentalmente a mesma (SILVA NETO, 1963, p.20).

Desta forma, pode-se afirmar que tanto o Brasil, quanto Portugal utilizam a mesma língua, a portuguesa, porém, uma língua sujeita a variação, que independe apenas da localidade, mas também de outros fatores relacionados a seus usuários e ao contexto lingüístico das diferentes comunidades de fala desse idioma.

As hipóteses sobre o Português brasileiro

O fenômeno de mudança linguística e das transformações que ocorrem com a língua é fato evidente. Nessa perspectiva, estudiosos se dedicam a buscar explicações para essas alterações na língua. Castilho (1992) elenca três hipóteses sobre a mudança no PB: a hipótese evolucionista, a hipótese crioulista e a hipótese internalista.

A teoria evolucionista defende a ideia de uma “língua brasileira”, ou seja, assim como o latim deu origem ao português, assim deste surgiria o brasileiro.

A segunda hipótese, a crioulista, acentua a importância dos contatos linguísticos no Brasil-Colônia, sendo a influência das línguas africanas e indígenas fator responsável pelas mudanças na língua. De acordo com o autor existem duas fases de contatos: a fase pidgin e a fase do crioulo, sendo a primeira, considerada uma língua de emergência bastante rudimentar e não natural e a segunda, uma adaptação mais complexa e rica do pidgin, ou seja, a adaptação de uma língua europeia por falantes de outras línguas. Desta forma, alguns autores justificam algumas características do português brasileiro como resultado de uma língua crioula, como uma adaptação do português por índios e africanos.

Já a hipótese internalista considera o português brasileiro uma continuação natural do português europeu, refletindo hoje o que foi em Portugal o português arcaico. De acordo com o autor, tal hipótese seria “uma tendência própria dos sistemas a acomodarem-se, independentemente de continuarem em seu berço de origem ou serem transplantados para outros ambientes” (CASTILHO, 1992, p.243).

Sobre a tendência da hipótese internalista e a possível manutenção da língua portuguesa arcaica no Brasil, Castilho (2010) comenta:

O tipo de língua trazida para o Brasil, os contatos linguísticos com índios, africanos e as línguas de migração, a intensa urbanização do país e o avanço da fronteira agrícola, misturando os falares sulistas aos nordestinos, tiveram como resultado muito provavelmente a manutenção do português arcaico do século XV, com pequenas contribuições trazidas pelos não-falantes do português. Era esse o momento histórico da língua praticada pelos portugueses que embarcaram para cá (CASTILHO, 2010, p. 192).

Entre as três hipóteses atualmente debatidas pelos estudiosos da área, destacam-se as hipóteses crioulista e internalista. A primeira hipótese – a evolucionista – de acordo com Castilho (2010) é uma posição que já foi abandonada. Esta pesquisa apóia-se na hipótese internalista, pois dados da história da língua apontam alguns fenômenos

considerados crioulos por alguns autores, como fatos presentes no português europeu trazido para o Brasil durante o processo de colonização, combatendo, desta forma, a hipótese de criouliização da língua portuguesa no Brasil.

Sobre as origens do português brasileiro

No período de colonização do Brasil, a base da sociedade e da população brasileira era composta por portugueses, índios e escravos, sendo esses três povos os fundadores iniciais do país. Com o passar dos anos, imigrantes estrangeiros como italianos, espanhóis, franceses, japoneses, entre outros também começaram a fazer parte da população brasileira e, desta forma, a expansão de costumes, culturas e conseqüentemente línguas distintas se difundiram no Brasil.

Diante dessa miscigenação cultural e social da nação brasileira, a língua portuguesa falada no Brasil começou a se distanciar do modelo lusófono de língua, em alguns aspectos fonéticos, sintáticos e semânticos. Porém, as atribuições a tais modificações na língua são objetos de polêmica e complexidade, já que não há total consenso em relação às causas ou fatores que geraram os fenômenos peculiares ao português brasileiro. Normalmente defende-se que, no Brasil, o português de Portugal recebeu influências principalmente de línguas indígenas e africanas, principais povos da época, assim como existe a possibilidade de a língua transplantada para o Brasil já ter chegado com variação, ou seja, em uma modalidade não-padrão, conforme afirmam Naro e Scherre (2007):

...a língua portuguesa já veio para o Brasil com suas características inapropriadamente denominadas de crioulizantes, que aqui floresceram, regadas por condições sociais, generosas, como uma norma lingüística mais branda e flexível, criada no contexto da existência de multilinguismo generalizado e da aquisição do português como segunda língua. (NARO E SCHERRE, 2007, p. 133).

Desse modo, a real origem do português brasileiro é fenômeno não totalmente esclarecido, ainda há grande discussão sobre as influências que levaram o português do Brasil ao distanciamento com o português europeu.

A influência Indígena

As tribos indígenas foram o primeiro contato dos portugueses ao chegarem ao Brasil. Ao lado da vasta população indígena em terras brasileiras estava também, a

dinamicidade das línguas que usavam. Embora não se possa ter certeza quanto ao número de línguas existentes, Houaiss (1985, p. 100) admite a existência de um montante de 1500 línguas indígenas no período da colonização.

Entre essas línguas, a tupi foi a que mais conviveu a par com o português durante o processo de colonização, assim como a que deixou heranças na língua portuguesa. O léxico é o campo em que mais se destaca a contribuição indígena para o português, especialmente no rol das denominações relativas a cidades, estados, à flora e à fauna, conforme salienta Melo (1981, p. 43) com os exemplos: *Andaraí, Brocoió, Cabuçu, Caju, Carioca (Rio), Gamboa, Guanabara, Jacarepaguá, Ipanema, Irajá, Pavuna, Tijuca*, entre outros.

Castilho (2010, p. 180) também afirma que o grosso das contribuições lexicais para o português brasileiro provém do tupi-guarani, que cedeu cerca de dez mil vocábulos, constantes em sua maioria de topônimos e antropônimos. De acordo com o autor, não há comprovação de influência indígena fonológica ou gramatical no português brasileiro, estando pendente de mais pesquisas a eventual importação pelos paulistas do “r” retroflexo dos índios.

A influência africana

Durante a colonização do Brasil, além do contato inicial entre portugueses e índios, destaca-se também a participação africana nesse processo. Na condição de “braços da lavoura”, mais de 18 milhões de escravos africanos foram trazidos ao Brasil entre os anos de 1538 e 1855 para o trabalho nos engenhos de açúcar e nas lavouras de tabaco e algodão, propagando assim, traços da cultura africana em território brasileiro. Desta forma, alguns autores relatam a contribuição africana também para a língua brasileira.

Segundo Melo (1981, p. 78), a influência mais profunda das línguas africanas no português brasileiro se fez sentir na morfologia. De acordo com a autora, a simplificação e a redução das flexões comuns na fala popular brasileira são heranças das línguas dos escravos, como por exemplo, “os homi tá i”, “as prima já chegaro”. Outro fenômeno destacado pela pesquisadora é a deglutinação e aglutinação dos fonemas, como acontece com o “s” do determinante, que se incorpora à vogal da palavra seguinte produzindo uma nova forma autônoma e fecundante, como por exemplo, “zarreio”

(resultado de os-arreio) – “zarreirá os alimá”, “zome” (resultado de os-home) – “uma sala cheia de zome”.

Já outros fenômenos são tratados como dupla influência, africana e indígena. O autor Segismundo Spina (1987, p.24) traz como exemplo de influência desses dois povos o caso da vocalização do diagrama *lh* em “i”, como em *muié, mio, fio, moia, espeio, oio, mió* (por mulher, milho, filho, molhar, espelho, olho, melhor); a supressão da dental “d” do grupo consonamental *nd* nas formas *and, end, ind: falano, dizem, vestino* (falando, dizendo, vestindo); a apocope do s (consoante que os índios desconheciam): *vamo, lapi* (vamos, lápis); redução dos ditongos *ou* e *ei*: *porquera, manera, falô, otrora, estora* (porqueira, maneira, falou, outrora, estoura).

O referido autor (1987) ressalta também que o negro contribuiu significativamente com o léxico brasileiro, em especial nas denominações pertencentes à culinária, às suas crenças, à música e à farmacologia.

Contudo, além da língua, a cultura negra africana também aflorou no Brasil. Suas crenças, costumes e religião deixaram marcas na sociedade brasileira visíveis até os dias de hoje.

A influência do português europeu não-padrão

Como a língua portuguesa é uma língua heterogênea e sujeita à variação, alguns autores, como Boléo (1943) e Naro e Scherre (2007), justificam que alguns fatos linguísticos considerados peculiares ao português falado no Brasil podem ser indícios de variantes do português europeu, já que normalmente são comparados com a forma padrão da língua.

Os autores mencionados elencam vários fenômenos linguísticos que embora classificados como específicos do Brasil, ou como fatos advindos da crioulização, também são comuns em algumas regiões de Portugal, ou seja, pertencentes à variedade do português europeu não-padrão. Entre eles destacam-se:

1-Simplificação do padrão silábico; alternância de [l] e [r]; processos de nasalização e desnasalização;

2-Uso do pronome reto em função de objeto direto; uso do se reflexivo para 1ª pessoa;

3-Alternâncias de preposições, incluindo a preposição em no lugar das preposições a e para;

4-uso do verbo ter indicando posse e existência;

5-A redução dos ditongos *ei* a *ê* e *ou* a *ô*

6-Supressão do r final nas formas verbais

7-Ausência de concordância verbal e nominal

Além da influência de outras línguas, a língua do Brasil pode ter recebido também influência do português europeu não-padrão. Sobre o assunto, Naro e Scherre (2007, p.119) salientam que os portugueses que vieram para o Brasil eram originários de todas as regiões de Portugal e pertencentes a diversas classes sociais, justificando, desta forma, a não homogeneidade da língua trazida para o território brasileiro.

Portanto, apesar de não haver consenso em relação à origem dos fenômenos no português brasileiro, pode-se afirmar que, com o passar do tempo, ele foi se distanciando do português europeu, devido não só à influência de outras línguas, ou até mesmo de dialetos do próprio português europeu, mas talvez também, pelo não comprometimento em acompanhar as mudanças ocorridas no português de Portugal desde a colonização até os dias atuais.

Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, selecionou-se 1 documento manuscrito escrito em Lisboa no ano de 1818, cuja cópia foi cedida pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O documento é um requerimento formal que relata a comunicação entre autoridades da época. A escolha do trabalho com manuscritos justifica-se pelo alto teor histórico que eles representam. De acordo com Acioli (1994, p. 1), o documento manuscrito é considerado a mola-mestra da História. No estudo em questão, o uso de documentos antigos possibilita o resgate de dados da escrita da época e evidenciam características próprias de cada período da língua.

Devido ao fato de se tratar de uma linguagem escrita diferente da utilizada atualmente, decifrar o conteúdo dos manuscritos constitui uma tarefa minuciosa que exige dedicação e seriedade dos pesquisadores.

Uma das formas de trabalho com manuscritos é o procedimento de edição, em que se transcreve ou se reproduz o texto de acordo com normas e critérios estabelecidos

para facilitar a compreensão e interpretação do conteúdo escrito. Para tanto, realizou-se a edição semidiplomática, já que, embora procure melhorar o texto, este tipo de edição também caracteriza-se pelo rigor no conservadorismo de todos os elementos presentes no documento.

Segue a edição semidiplomática do referido documento que consta de 3 páginas, selecionado por apresentar fenômenos linguísticos característicos do português do Brasil que serão explicitados na análise:

Composição: fól. 1r
Tipologia: Requerimento
Assunto/resumo: Requerimento dos capatazes da Alfândega Grande de Lisboa a Sua Majestade pedindo a equiparação de seus ordenados com os dos capatazes das companhias particulares.
Localidade/Datação: Lisboa, 25 de maio de 1818
Signatários: Antonio Vieira Pinto, Antonio da Silva, Jose Antonio da Silva, Jose Vicente Cardozo.

Senhor

5 Dizem os quatro capatazes do ASsucar do Pateo da
Alfandega Grande da cidade de Lisboa, e os mais homens
trabalhadores da mesma Companhia que sendo da Constante Intenção
de Vossa Magestade o beneficio dos seus fieis VaSsallos, os Supplicantes se
10 achaõ taõ oprimidos que não podem deichar de Recorrer a
Vossa Magestade para lhe dar providencia que livre os Supplicantes da opress-
saõ em que se achaõ, a qual consiste em que havendo an-
tiguamente, quatro Companhias separadas, cada huma com seu Ca-
pataz, foi Vossa Magestade servido para evitar o prejuizo da sua
15 Real Fazenda, e o particular das Partes Mandar que as ditas
quatro Companhias se reduziSem a huma unica, ficando po-
rem Conservados os quatro Capatazes, em virtude do que se
paSsase pela Real Junta do Commercio a Provisão constante
do dito documento junto. Sucede porem que depois de
20 se terem reunido as quatro Companhias em huma unica se
expedio pelo mesmo Tribunal a segunda Provisão junta pela
qual se manda Remeter todos os annos ao Cofre da
Policia os vencimentos de quatro trabalhadores que semanda-
raõ suprimir. Este encargo he muito onerozo, e prejudi-
25 cial a os Supplicantes por que estes quando tem que trabalhar sofrem
hum excesso taõ violento que muitos delles tem rendido , edespen-
dem por consequencia com o seu Curativo, e com os Homens

Composição: fól. 1v
Tipologia: Requerimento
Assunto/resumo: (continuação) Requerimento dos capatazes da Alfândega Grande de Lisboa a Sua Majestade pedindo a equiparação de seus ordenados com os dos capatazes das companhias particulares.
Localidade/Datação: Lisboa, 25 de maio de 1818
Signatários: Antonio Vieira Pinto, Antonio da Silva, Jose Antonio da Silva, Jose Vicente Cardozo.

5 *que* vão tratar delles, e ainda *quando* se Curem, sempre
ficaõ menos habeis *para* o trabalho. E *quando* succede não
10 terem *que* trabalhar na *Companhia*, como a contece muitas vezes pela
estagnação e falta geral do Comercio, não ganhaõ os *Supplicantes*
nem a inda *para* o seu alimento. Nesta opressão: Re-
15 correm a *Vossa Magestade para que* se digne de mandar Moderar
a dita imposição, ordenando *que* a *companhia* dos *Supplicantes* pague
20 cada anno à Policia huma quantia certa, porem porporciona
da a os seus piquenos Vencimentos, a exemplo da *Companhia* da
Palha que tendo nove Capatazes, somente paga a Contribuição
Relativa a hum trabalhador, o *que* tambem succede nas ou
30 tras *Companhias que* tendo muitos Capatazes, ou pagão o que Respeita
somente a hum trabalhador ou pagão por ajuste particular.
A *Companhia* dos *Supplicantes* suposto foSse em outros tempo
devidida em quatro, se acha hoje reduzida em huma
40 somente, e parece de razaõ que ella não seja mais onerada
do que as outras *Companhias porque* alem denão ser mais
50 rendoza, o seu trabalho he taõ violento *que* tem feito
inutilizar a muitos dos seus trabalhadores enão há Razaõ
alguma para serem os *Supplicantes* gravados com ovencimento
de quatro Homens, sendo huma só unica *Companhia*.

25

30

Composição: fól. 2r
Tipologia: Requerimento
Assunto/resumo: (continuação) Requerimento dos capatazes da Alfândega Grande de Lisboa a Sua Majestade pedindo a equiparação de seus ordenados com os dos capatazes das companhias particulares.
Localidade/Datação: Lisboa, 25 de maio de 1818
Signatários: Antonio Vieira Pinto, Antonio da Silva, Jose Antonio da Silva, Jose Vicente Cardozo.

Companhia, e *que* estão nas mesmas Circunstancias de merecer amesma equidade que se está praticando com as mais Companhias. Portanto prostrados os *Supplicantes* a o Regio Throno implorão e

5

Para a Vossa Magestade se Digne pela sua soberana Benificencia fazer a Graça de Conceder aos Supplicantes de definir a equipariedade que pedem, Mandando que a Vossa Contribuição se regule pelos poucos vencimentos dos Supplicantes, ou por hum ajuste, e convenção particular porporcionada as circunstancias dos Supplicantes a exemplo das outras companhias que estão pagando por ajuste particular e não como estão pagando, e mostraõ pelo ultimo recibo junto

10

15

20

Antonio Vieira Pinto
Antonio da Silva
Jose Antonio da Silva
Jose Vicente Cardozo

25

30

[Recebi o Documento junto]
[Requerimento 25 de Maio de 1818]
[ilegível]

35

Espera Real Merce

Análise dos dados

Os desvios da norma na escrita portuguesa do século XIX

O documento em análise caracteriza-se por sua origem portuguesa. Escrito em Lisboa e pertencente ao século XIX, fase de maior expansão do português no Brasil, tal registro escrito possibilita o resgate da língua transplantada para o Brasil.

A seguir, serão analisados fatos linguísticos distantes da norma padrão encontrados na escrita deste documento a fim de constatar indícios que comprovem a existência da linguagem não-padrão, ou da variação na língua portuguesa de Portugal. Desta forma, pretende-se observar se esses desvios se relacionam com o denominado “Português Brasileiro”.

Ressalta-se que a análise será fundamentada no modelo de norma padrão atual, não considerando características próprias da época, já que o objetivo é observar traços portugueses do passado que permaneceram e se consolidaram na língua do Brasil.

Neutralização de vogais *e* e *i*

Fol. 1v, l. 11 – piquenos

A neutralização de vogais *e* e *i*, também considerado fenômeno de alçamento, caracteriza-se pela elevação do traço de altura das vogais médias altas *e* e *o* que se realizam com as vogais altas *i* e *u*, fato considerado natural no *dialeto caipira*, ou seja, no português brasileiro por Amaral (1920, p. 49).

Boléo (1943), já afirmava ser comum em alguns falares do português europeu a mudança de *e* final átono em *i*, caracterizando o mesmo fenômeno. “Em aldeias da Beira baixa tive ocasião de ouvir a pessoas de várias idades frases como: vou a fônti – logo a nôiti – deu-lhe êsti mali” (BOLÉO, 1943, p. 23)

Embora se tenha encontrado casos de neutralização comuns tanto ao Brasil como a Portugal, a escrita analisada apresenta também fatos contrários à neutralização em que é comum a troca de *i* por *e* e de *u* por *o*, dado mais comum à linguagem de Portugal, conforme exemplo a seguir:

Fól. 1v, l. 17 – devidida

Amaral (1920, p.49) comenta que o caipira ainda conserva, como remanescente do que aprendeu dos portugueses, a esse respeito, o nome próprio *Vergilio*, e *Fermino* que pronuncia-se com e.

Ausência de Concordância nominal

Fól. 1v, l. 16 – “...em outros tempo...”

Fól. 1v, l. 23 – “...vencimento de quatro homens...”

A ausência de concordância nominal também é fato considerado característico da língua do Brasil. O desaparecimento do *s* final como sinal de pluralidade é, conforme Amaral (1920, p. 70-71), fator comum no dialeto caipira. Segundo o autor, casos como *os pau*, *os nó*, *os urubu* são fatos recorrentes na fala rural. O autor explica também que o desaparecimento do *s* pluralizador no dialeto caipira ocorre quando os vocábulos são paroxítonos ou proparoxítonos, por exemplo *os cavalo*, *dois home*, *os arfêre*, ou quando o *s* for precedido de vogal a que se apóia, como por exemplo *as paiz*, *às veiz* ao invés de *as pazes* e *às vezes*. Amaral comenta ainda que em muitos casos ocorre a ausência do sinal de plural em muitas palavras devido ao fato de a pluralidade estar indicada pelos determinativos como, por exemplo *os rei*, *duas dama*, *aqueles minino*.

Outros estudos realizados em comunidades de Portugal também demonstram registros de variação na concordância. Naro e Scherre (2007, p. 104) exemplificam tal variação com dados de pesquisadores da área. Um exemplo citado pelos autores é o estudo de Alves (1993) realizado em Ericeira, uma comunidade de pescadores no sudoeste de Portugal a 42 Km de Lisboa, em que os dados revelam a ausência de concordância: “*Foi há muito ano*” – “*tenho cinquenta ê um ano.*”. Outro estudo abordado pelos autores é o de Mira (1954), trabalho este, que também evidencia a ocorrência desse fenômeno: “*só tem as raízes enterrado na carne*”.

Uso do verbo ter indicando posse e existência

Fól. 1v, l.12 – “...que tendo nove Capatazes...”

Fól,1v,l. 14 – “...que tendo muitos Capatazes...”

O uso do verbo *ter* em lugar de *haver* é considerado fato comum na língua do Brasil. Amaral (1920, p. 77) comenta que o verbo *ter* usa-se impessoalmente em vez de

haver, quando o complemento não encerra a noção de tempo, como por exemplo: “*Tinha muita gente na igreja*”; “*Tem home que não gosta de caçada*”.

Naro e Scherre (2007, p.79) esclarecem que esse dado é corrente também na linguagem popular portuguesa: “*aqui no nosso sítio tem muntos rapazes*”.

Para Boléo (1943), este fato linguístico explica-se pela simples evolução da língua e esclarece:

O emprego, já generalizado, mesmo na linguagem escrita das pessoas ilustradas, do verbo *ter* com sentido de existir, ex: “*tem muita gente na rua*”, nada tem de estranho. Deu-se com esse verbo uma evolução exactamente idêntica a do verbo *habere*; do sentido de ter, possuir, que ainda mantém nalgumas línguas românicas, chegou-se ao de existir (BOLEÃO, 1943, p. 35).

Metátese

Fól.1v, l. 10 – porporciona

A metátese ocorre quando há transposição de fonemas na mesma sílaba dentro de um vocábulo. Amaral (1920,p. 54) classifica este fenômeno como particular do dialeto caipira brasileiro e exemplifica com os seguintes itens: *perciso*, *pertende* e *purcisão* por *preciso*, *pretende* e *procissão*.

Considerações finais

Partindo-se da hipótese de que o português brasileiro pode ter conservado características do Português de séculos passados, buscou-se, por meio da análise da escrita do século XIX e da história da língua, observar as características da língua presentes nesta época.

Em análise dos desvios da norma na escrita portuguesa do século XIX, observam-se indícios que denunciam uma tendência da influência da língua portuguesa arcaica no português brasileiro. A presença de fenômenos linguísticos considerados brasileiros na escrita portuguesa do século XIX aponta para uma relação entre o português do Brasil e o português de Portugal.

Considerando que o presente estudo constitui-se de um recorte da dissertação de mestrado da autora, apresentaram-se aqui alguns dados para demonstrar essa possível defesa da hipótese internalista da língua, já que traços caracterizados como crioulos são também encontrados em Portugal, ou seja, suas origens também são européias.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir com estudos relacionados às origens e à trajetória da língua portuguesa praticada no Brasil, além de tecer reflexões sobre os inúmeros fatores que constituem e transformam a língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1920.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. *Brasileirismos: problemas de método*. Coimbra: Coimbra, 1943.
- CÂMARA JUNIOR, J. Mattoso. *Erros de escolares como sintomas de tendências lingüísticas do português do Rio de Janeiro*. In: Dispersos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática Histórica*. 13ª ed. São Paulo: Ática, 1981.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *O Português do Brasil*. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- NETO, Serafim da Silva. *Introdução ao estudo da língua Portuguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, 1963.
- PAIVA, Dulce de Faria. *História da Língua Portuguesa II. Século XV e meados do Século XVI*. São Paulo: Ática, 1994.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- WILLIAMS, Edwin B. *Do Latim ao Português: fonologia e morfologia históricas da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

Como referenciar este artigo

DALTO, Vanessa Lini. Origens do Português brasileiro: hipóteses sobre sua formação. revista **Linguagem**, São Carlos, v.30, n.1, 2019, p. 205-225.

Submetido em: 02/05/2019.

Aprovado em: 06/05/2019.